

Por estes fundamentos, conforme exposto na informação final do processo administrativo n.º 80/01 B.02.07 instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, declaro-o pessoa colectiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro.

28 de Setembro de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Despacho n.º 23 473/2007

Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e 9.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 322/88, de 23 de Setembro, na actual redacção, delego no assessor administrativo do meu Gabinete, Dr. Fernando Soto Almeida, com a faculdade de subdelegação no secretário-geral da Presidência do Conselho de Ministros, Dr. José Maria Belo Sousa Rego, os poderes para a prática dos seguintes actos:

- 1) Requisitar e destacar funcionários ou agentes da administração directa ou indirecta do Estado para prestar apoio técnico e administrativo ao meu Gabinete;
- 2) Requisitar a empresas públicas e entidades privadas pessoal para prestar apoio técnico e administrativo ao meu Gabinete;
- 3) Requisitar e destacar agentes à PSP para apoio técnico e administrativo ao meu Gabinete;
- 4) Outorgar contratos de prestação de serviços para o meu Gabinete;
- 5) Nomear em comissão de serviço especial militares da GNR e Forças Armadas para o meu Gabinete.

O presente despacho produz efeitos a 12 de Março de 2005, ficando ratificados todos os actos praticados desde essa data no âmbito dos poderes ora delegados.

1 de Outubro de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Despacho n.º 23 474/2007

Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e 9.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 322/88, de 23 de Setembro, na actual redacção, subdelego no secretário-geral da Presidência do Conselho de Ministros, Dr. José Maria Belo de Sousa Rego, os poderes para a prática dos seguintes actos:

- 1) Requisitar e destacar funcionários ou agentes da administração directa ou indirecta do Estado para prestar apoio técnico e administrativo ao Gabinete do Primeiro-Ministro;
- 2) Requisitar a empresas públicas e entidades privadas pessoal para prestar apoio técnico e administrativo ao Gabinete do Primeiro-Ministro;
- 3) Requisitar e destacar agentes à PSP para apoio técnico e administrativo ao Gabinete do Primeiro-Ministro;
- 4) Outorgar contratos de prestação de serviços para o Gabinete do Primeiro-Ministro;
- 5) Nomear em comissão de serviço especial militares da GNR e Forças Armadas para o Gabinete do Primeiro-Ministro.

O presente despacho produz efeitos a 12 de Março de 2005, ficando ratificados todos os actos praticados desde essa data no âmbito dos poderes ora delegados.

2 de Outubro de 2007. — O Assessor Administrativo do Primeiro-Ministro, *Fernando Soto Almeida*.

Gabinete do Ministro da Presidência

Despacho n.º 23 475/2007

1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e em aditamento ao meu despacho n.º 13 642/2006, de 31 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 124, de 29 de Junho de 2006, delego no chefe do meu Gabinete, licenciado Paulo Fernando Tavares, com a faculdade de subdelegação no secretário-geral da Presidência do Conselho de Ministros, Dr. José Maria Belo Sousa Rego, os poderes para a prática dos seguintes actos:

- a) Requisitar e destacar funcionários ou agentes da administração directa ou indirecta do Estado, para prestar apoio técnico e administrativo ao meu Gabinete;
- b) Requisitar a empresas públicas e entidades privadas pessoal para prestar apoio técnico e administrativo ao meu Gabinete.

2 — O presente despacho produz efeitos a 12 de Março de 2005, ficando ratificados todos os actos praticados desde essa data no âmbito dos poderes ora delegados.

1 de Outubro de 2007. — O Ministro da Presidência, *Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira*.

Despacho n.º 23 476/2007

1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego no secretário-geral da Presidência do Conselho de Ministros, Dr. José Maria Belo de Sousa Rego, os poderes para a prática dos seguintes actos:

- a) Requisitar e destacar funcionários ou agentes da administração directa ou indirecta do Estado, para prestar apoio técnico e administrativo ao Gabinete do Ministro da Presidência;
- b) Requisitar a empresas públicas e entidades privadas pessoal para prestar apoio técnico e administrativo ao Gabinete do Ministro da Presidência.

2 — O presente despacho produz efeitos a 12 de Março de 2005, ficando ratificados todos os actos praticados desde essa data no âmbito dos poderes ora delegados.

1 de Outubro de 2007. — O Chefe do Gabinete, *Paulo Tavares*.

Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

Despacho n.º 23 477/2007

Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e em aditamento ao meu despacho n.º 12 329/2005, de 13 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 107, de 3 de Junho de 2005, delego na chefe do meu Gabinete, licenciada Maria José de Jesus Ribeiro, com a faculdade de subdelegação no secretário-geral da Presidência do Conselho de Ministros, Dr. José Maria Belo Sousa Rego, os poderes para a prática dos seguintes actos:

- 1) Requisitar e destacar funcionários ou agentes da administração directa ou indirecta do Estado para prestar apoio técnico e administrativo ao meu Gabinete;
- 2) Requisitar a empresas públicas pessoal para prestar apoio técnico e administrativo ao meu Gabinete.

O presente despacho produz efeitos a 12 de Março de 2005, ficando ratificados todos os actos praticados desde essa data no âmbito dos poderes ora delegados.

27 de Setembro de 2007. — O Ministro dos Assuntos Parlamentares, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

Despacho n.º 23 478/2007

Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego no secretário-geral da Presidência do Conselho de Ministros, Dr. José Maria Belo de Sousa Rego, os poderes para a prática dos seguintes actos:

- 1) Requisitar e destacar funcionários ou agentes da administração directa ou indirecta do Estado para prestar apoio técnico e administrativo ao Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares;
- 2) Requisitar a empresas públicas pessoal para prestar apoio técnico e administrativo ao Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O presente despacho produz efeitos a 12 de Março de 2005, ficando ratificados todos os actos praticados desde essa data no âmbito dos poderes ora delegados.

27 de Setembro de 2007. — A Chefe do Gabinete, *Maria José de Jesus Ribeiro*.

Secretaria-Geral

Declaração n.º 276/2007

Por estarem omissos nos despachos de nomeação os respectivos lugares de origem, indica-se, para cada caso, o seguinte:

1 — Despacho n.º 8221/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República* de 18 de Abril de 2005:

Nome — Fernando Soto Almeida;

Lugar de origem — INAC — Instituto Nacional de Aviação Civil.

2 — Despacho n.º 8223/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República* de 18 de Abril de 2005:

Nome — Jorge Ayres Roza de Oliveira;
Lugar de origem — Ministério dos Negócios Estrangeiros.

3 — Despacho n.º 9590/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República* de 29 de Abril de 2005:

Nome — Vítor Manuel Álvares Escária;
Lugar de origem — ISEG — Instituto Superior de Economia e Gestão.

4 — Despacho n.º 11 288/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República* de 19 de Maio de 2005:

Nome — João Pedro Ferreira Ramos de Sousa;
Lugar de origem — Conselho Superior da Magistratura.

5 — Despacho n.º 9329/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República* de 27 de Abril de 2005:

Nome — José Frederico Viola de Drummond Ludovice;
Lugar de origem — Ministério dos Negócios Estrangeiros.

6 — Despacho n.º 10 620/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República* de 12 de Maio de 2005:

Nome — João Paulo Salazar Dias;
Lugar de origem — Departamento de Prospectiva e Planeamento do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

7 — Despacho n.º 16 203/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República* de 26 de Julho de 2005:

Nome — Luísa Maria Marques Pais dos Santos;
Lugar de origem — Ministério dos Negócios Estrangeiros.

8 — Despacho n.º 12 039/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República* de 7 de Junho de 2005:

Nome — Maria Isabel Pereira Simões Viegas;
Lugar de origem — DGI — Direcção-Geral dos Impostos.

9 — Despacho n.º 12 546/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República* de 16 de Junho de 2006:

Nome — Patrícia Maria Santos Real Cadeiras;
Lugar de origem — Ministério dos Negócios Estrangeiros.

10 — Despacho n.º 8230/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República* de 18 de Abril de 2005:

Nome — Cristina Maria Marques Lopes;
Lugar de origem — Instituto dos Resíduos do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

11 — Despacho n.º 8225/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República* de 18 de Abril de 2005:

Nome — Rute Moura Martins;
Lugar de origem — Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

12 — Despacho n.º 10 625/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República* de 12 de Maio de 2005:

Nome — Isabel Maria Bobela-Motta da Silveira Ramos;
Lugar de origem — Instituto do Consumidor.

13 — Despacho n.º 8227/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República* de 18 de Abril de 2005:

Nome — Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo;
Lugar de origem — Gabinete de Estudos e de Planeamento de Instalações do Ministério da Administração Interna.

14 — Despacho n.º 8222/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República* de 18 de Abril de 2005:

Nome — Ana Paula Guimarães Marinho Moreira;
Lugar de origem — Instituto de Formação Turística.

15 — Despacho n.º 8229/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República* de 18 de Abril de 2005:

Nome — Ana Cristina Alves de Aguiar Álvaro Leitão;
Lugar de origem — Manuel Rui Azinhais Nabeiro, L.ª

16 — Despacho n.º 8242/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República* de 18 de Abril de 2005:

Nome — Maria Dulce Leal Gonçalves;
Lugar de origem — Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

17 — Despacho n.º 8246/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República* de 18 de Abril de 2005:

Nome — Rita Maria Rodrigues da Silva Folha;
Lugar de origem — ADP — Águas de Portugal, SGPS, S. A.

18 — Despacho n.º 9333/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República* de 27 de Abril de 2005:

Nome — Ana Isabel Nunes Tavares;
Lugar de origem — Ministério da Cultura.

19 — Despacho n.º 9330/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República* de 27 de Abril de 2005:

Nome — Pedro Manuel Pereira Pinto Correia;
Lugar de origem — CGD — Caixa Geral de Depósitos.

20 — Despacho n.º 9589/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República* de 29 de Abril de 2005:

Nome — António Alexandre Lopes Gonçalves Melo;
Lugar de origem — ISCTE — Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

21 — Despacho n.º 10 623/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República* de 12 de Maio de 2005:

Nome — Raul da Fonseca Fernandes Jorge;
Lugar de origem — Instituto Superior de Agronomia.

22 — Despacho n.º 11 661/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República* de 25 de Maio de 2005:

Nome — David Manuel Velez Damião;
Lugar de origem — Ministério dos Negócios Estrangeiros.

2 de Outubro de 2007. — O Secretário-Geral, *José Maria Belo de Sousa Rego*.

Centro Jurídico

Rectificação n.º 1776/2007

Para os devidos efeitos se declara que o despacho n.º 22 131/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 183, de 21 de Setembro de 2007, cujo original se encontra arquivado neste Centro Jurídico, saiu com a seguinte inexactidão que assim se rectifica:

Onde se lê «José Mariano Belo de Sousa Rego» deve ler-se «José Maria Belo de Sousa Rego».

2 de Outubro de 2007. — A Directora, *Susana Brito*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA SAÚDE

Despacho n.º 23 479/2007

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 5.º da Lei Orgânica das Administrações Regionais de Saúde, I. P., aprovada pelo Decreto-Lei n.º 222/2007, de 29 de Maio, nos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º da Lei Quadro dos Institutos Públicos, republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, e em harmonia com o constante no n.º 4 do artigo 22.º da Lei Orgânica do Ministério da Saúde, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro, é nomeado, em comissão de serviço, para exercer as funções de vogal do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., o licenciado Mário Rui Fernandes Pinto Ferreira, cujo perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evidenciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — Nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 28.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, aplicável por força do n.º 1 do artigo 25.º da Lei Quadro dos Institutos Públicos, republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, o nomeado é autorizado a optar pelo